

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 14 / Mai

[cntv@cntv.org.br](mailto:cntv@cntv.org.br) | (61) 3321-6143 | [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br) | Edição 2329/2020



## RIO DE JANEIRO

### O FEDERAÇÃO E SINDICATOS DOS VIGILANTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### Nota de Esclarecimentos dos Sindicatos para a Categoria.

As entidades sindicais representativas dos Vigilantes e dos Profissionais da Segurança Privada no Estado do Rio de Janeiro vem a público informar que estamos com a campanha salarial 2020 suspensa, mas estamos na Justiça do Trabalho exigindo o cumprimento da vigência da atual convenção coletiva até 20 de maio e já advertimos o SINDESP RJ para retomarmos as negociações salariais, mesmo que por videoconferência, a partir dessa data, conforme havia sido estabelecido.

Lembrando que o Ministério Público do Trabalho, através da Nota Técnica nº 6 de 2020 orienta a continuidade das negociações mesmo no período de pandemia, aproveitando para isso, as alternativas tecnológicas disponíveis, para que a categoria profissional e o segmento econômico não sejam prejudicados pela falta de normas coletivas.

Vivemos um dos piores momentos da nossa categoria profissional e combatemos péssimas práticas, a exemplo do oportunismo dos clientes e tomadores de serviço de segurança privada, que desde o início da declaração do estado de calamidade apenas preocuparam-se em devolver os Vigilantes para as empresas de segurança para reduzir custos às pressas.

Também estamos combatendo e denunciando as empresas de segurança que preocupadas com a sua sobrevivência financeira, aproveitam a crise gerada pela pandemia do COVID-19, para demitir ou impor acordos espúrios aos Vigilantes, reduzindo ou deixando de pagar o que é direito dos trabalhadores e profissionais da segurança.

#### AUDIÊNCIA VIRTUAL DIA 18 DE MAIO

Diante dessas circunstâncias, haverá uma nova audiência virtual na Justiça do Trabalho, realizada pelos Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho, com a participação da representante do Ministério Público do Trabalho, na próxima segunda-feira, dia 18 de maio, às 10 horas.

Nessa oportunidade discutiremos os compromissos assumidos pelo SINDESP RJ e a retomada das negociações salariais.

Para todas as entidades sindicais representativas dos Vigilantes é fundamental o envolvimento do Tribunal Regional do Trabalho nesse discussão, pois amplia o debate e demonstra para esse órgão julgador a disposição dos Sindicatos dos Vigilantes de todo Estado do RJ em lutar pelos Direitos da categoria.

FEV – Federação dos Vigilantes do Estado do RJ  
Sindicato dos Vigilantes de Angra dos Reis e Região  
Sindicato dos Vigilantes de Belford Roxo e Queimados  
Sindicato dos Vigilantes de Campos dos Goytacazes e Região  
Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias  
Sindicato dos Vigilantes de Itaguaí e Seropédica  
Sindicato dos Vigilantes de Macaé e Região  
Sindicato dos Vigilantes de Mesquita de Nilópolis

Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Região  
Sindicato dos Vigilantes de Nova Friburgo e Região  
Sindicato dos Vigilantes de Nova Iguaçu  
Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região  
Sindicato dos Vigilantes de São João de Meriti e outros Municípios  
Sindicato dos Vigilantes de Volta Redonda e Sul Fluminense  
Sindicato dos Vigilantes do Município do Rio de Janeiro  
SINDVALORES

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

# **CATEGORIA ESSENCIAL/ LUTA POR PROTEÇÃO CONTRA PATRÃO E CORONAVIRUS**

**JUSTIÇA ACATA PEDIDO DO SINDICATO E ORDENA QUE AVI, CDI, ARMADA REAL, BRASPE E CONTINUA FORNEÇAM MATERIAL DE PROTEÇÃO PARA VIGILANTES**



A Juíza da 8ª Vara do Trabalho de Salvador acatou o pedido do Sindvigilantes/BA e determinou hoje que as empresas AVI, CDI, Armada Real, Braspe e Continua forneçam máscaras, álcool gel, acesso a lavatórios com água e sabão para os vigilantes, além de realocar ou manter em afastamento remunerado aqueles que integram grupo de risco (mais de 60 anos ou portador de alguma doença especificada).

A iniciava do Sindicato de recorrer à justiça decorreu da constatação da completa falta de material e meios de proteção dos vigilantes contra o coronavírus, por mais que a categoria seja considerada essencial na situação de calamidade pública, além de falta de respostas a notificação sindical encaminhada desde o início de março.

Com este processo, 20 empresas já foram condenadas, sob pena de multa, a fornecer material de proteção (mascaras, luvas, álcool em gel, etc.) aos vigilantes:

- AVI, CDI, Armada Real, Braspe, Continua, DFA, Estrela, GPS, Interforte, Java, Única, MAP, Maxforte, Segurpro, Starvig, Vigseg, Vipac,

Guardesecure, Seguridade e Security.

Cabe a cada colega Vigilante cuidar da sua saúde e da sua vida. No caso de descumprimento da decisão judicial, avise ao Sindicato. É sua vida que tá em jogo.

**Leia a seguir a conclusão da decisão de hoje da 8ª Vara:**

“Isto posto CONCEDO, parcialmente, o pedido de tutela de urgência para determinar a concessão de máscaras e de álcool gel aos empregados, o acesso aos lavatórios, com água limpa e sabão, quando necessário e a realocação ou concessão de licença remunerada aos empregados pertencentes ao grupo de risco, nos termos da fundamentação supra.

Impõe-se uma multa diária no valor de R\$1.000,00, até o limite de R\$ 100.000,00, por réu, na hipótese de descumprimento de qualquer medida por local de prestação de serviço/posto de trabalho.

Expeça-se mandado de citação para os Réus, que deverão cumprir as determinações acima em 48 horas, ante as medidas emergenciais decorrentes da pandemia de COVID-19 a ser cumprido por Oficial de Justiça.

Notifique-se o Sindicato Autor. Após cumprimento da tutela, voltem conclusos para saneamento do processo. Salvador, em 12 de maio de 2020. Giselli Gordiano”

É luta em defesa da vida do vigilante!  
Só conquista quem luta!

**FONTE: SINDVIGILANTES/BA**

# Sindicatos denunciam previsão de até 4 mil demissões de terceirizados da Petrobrás



O desequilíbrio da oferta e demanda global do mercado do petróleo, que reduziu o consumo e derrubou os preços do produto em todo o planeta, causará um impacto negativo nas contas dos municípios brasileiros, principalmente do Nordeste. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) prevê queda de 18% na arrecadação de royalties pelas cidades da região, o equivalente a menos R\$ 200 milhões nos cofres municipais em relação ao ano passado.

O pior, contudo, é a traição da Petrobrás aos interesses nacionais, já que a diretoria da empresa – por orientação da política suicida de Paulo Guedes – optou pela venda de ativos, incluindo refinarias e gasodutos, e vem reduzindo as atividades da empresa no Nordeste. A produção nordestina de petróleo caiu 44% nos últimos dez anos, para um patamar médio de 86 mil barris diários no

primeiro trimestre.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, denuncia o sucateamento da Petrobras como um atentado contra a soberania nacional. “Em qualquer lugar do mundo, uma empresa do porte da Petrobrás – estatal – estaria sendo decisiva num momento de crise como estamos vivendo. Mas ela é omissa, atua em benefício dos sócios minoritários, como se não tivesse qualquer compromisso com o país. A Petrobrás nasceu como uma empresa pública, estratégica para os interesses nacionais”, lembra. “Lutamos para chegar à auto-suficiência e agora vamos jogar isso fora”.

O Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) estima uma queda de R\$ 20 bilhões na arrecadação do país com royalties e participações especiais, caso a cotação do

petróleo caia para uma média de US\$ 40 (R\$ 233) no ano. Confirmada a projeção, o valor representa um recuo de 26,7% em relação aos R\$ 52,5 bilhões arrecadados em 2019.

Com o barril a US\$ 40 na média do ano, a projeção era de uma injeção de R\$ 38,5 bilhões nos cofres públicos. Nesta segunda-feira (11), o petróleo Brent recuou a US\$ 30,17 (R\$ 175) por barril. Se mantida nesse nível, a queda na arrecadação será ainda maior.

Diante das oscilações do preço, no início de abril a Petrobras anunciou uma série de medidas para conter os custos operacionais. Dentre elas, um corte na produção diária estipulado em 200 mil barris de petróleo por dia, além da “hibernação” (desativação) de 62 de suas plataformas em campos de águas rasas das bacias de Campos, Sergipe, Potiguar e Ceará. A empresa também se prepara para reduzir as atividades terrestres nos próximos meses na região nordestina.

### **Golpe na economia nordestina**

Os principais estados afetados pelas hibernações da Petrobras serão Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Segundo estimativa do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), a medida impacta diretamente a economia de 13 cidades produtoras de petróleo baianas, afeta os empregos de milhares de trabalhadores e agrava a crise sanitária e econômica na Bahia e em todo o Nordeste.

“A decisão da estatal pode causar a demissão de cerca de quatro mil trabalhadores terceirizados, que se juntarão aos mais de 13 milhões de desempregados no país, e poderá transferir cerca de 900 trabalhadores próprios para fora do estado”, prevê a entidade. A paralisação também reduz a arrecadação de cidades produtoras de petróleo no estado e corta os royalties recebidos pelas regiões produtoras e pela Bahia como um todo.

Para o diretor de comunicação do Sindipetro-BA, Radiovaldo Costa, os impactos vão muito além da crise, e a hibernação a médio e longo prazo pode significar o encerramento de toda

a atividade de extração de petróleo e gás na Bahia, o primeiro estado a produzir petróleo no país, ainda nos anos 30. O cenário, de acordo com o sindicato, possibilita que a gestão atual da Petrobras realize o seu plano de desmontar e privatizar a estatal.

“Em meio à pandemia, o papel da Petrobras, como uma empresa pública e braço do Estado brasileiro, deveria ser o de contribuir para impulsionar a economia local, estadual e nacional, mantendo e gerando novos postos de trabalho. A Petrobras sozinha representa 10% do PIB brasileiro, e o governo age de forma inversa, fazendo com que a empresa pise no freio, provoque demissões e contribua fortemente para a desaceleração da economia”, afirma o dirigente.

“No ano passado, a Petrobras obteve um lucro de R\$ 40 bilhões e, agora, quer impor uma conta amarga aos trabalhadores, às prefeituras e ao povo baiano. A responsabilidade social é um dos papéis de qualquer estatal e a Petrobras deveria estar exercendo o seu contribuindo para amenizar a crise econômica e sanitária que estamos vivendo”, ressalta o coordenador geral do Sindipetro, Jairo Batista.

Até o momento, quatro campos baianos já iniciaram o processo de hibernação, que será completado em dois meses, segundo a Petrobras. Nessa primeira fase, 350 funcionários serão demitidos até 23 de maio, e cinco sondas já foram paralisadas.

O fechamento temporário foi feito sem o aviso prévio de 30 dias, definido em contrato, e atingiu os municípios de Candeias, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Pojuca e Catu. Os outros 16 campos terrestres restantes na Bahia estão em risco e poderão parar até o fim do ano. A estatal congelou todos os investimentos no estado.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, nega que haverá “demissões em massa”. “Sobre [demissões de] terceirizados, essa pergunta tem que ser endereçada a essas empresas, não à Petrobras”, disse em



teleconferência com jornalistas, em abril.

### **Baque nos cofres públicos**

Levantamento do jornal 'Valor Econômico', com base em dados da ANP, mostra que, para cada dez cidades beneficiadas pelas receitas petrolíferas na região, praticamente oito recebem menos de R\$ 1 milhão por ano. Ao todo, 89% da arrecadação de royalties entre os municípios nordestinos vai para os cofres de cem cidades.

Mas além da receita dos royalties, as cidades contam com as atividades petrolíferas para movimentar vários setores das economias locais. "A redução das atividades da Petrobras na região vai afetar toda uma cadeia: de empresas terceirizadas de limpeza, vigilância e transporte à construção civil. O desemprego, na região, afeta os restaurantes, os hotéis", comenta o diretor do Sindipetro-BA, Radiovaldo Costa.

Com 54 mil habitantes, Catu, a 85 quilômetros de Salvador (BA), tem 30% da receita mensal de R\$ 12 milhões proveniente de royalties e ISS ligados à produção de petróleo. "O impacto social é duplo. Além da queda na arrecadação de ISS e nos royalties, temos um aumento do desemprego por conta de demissões na cadeia de terceirizados", afirmou o prefeito, Geranilson Dantas Requião, ao 'Valor'.

"Já perdemos ISS e ICMS por causa da pandemia e agora vamos perder mais impostos com o setor de óleo e gás. Vai ser uma sucessão de estragos. Está acontecendo tudo ao mesmo tempo", lamentou o prefeito de Alagoinhas (BA), Joaquim Belarmino Neto.

Procurada, a Petrobras justificou a hibernação das plataformas em águas rasas como uma medida "com foco na sustentabilidade da empresa nesta que é a pior crise da indústria do petróleo em cem anos". A empresa destacou que os ativos não apresentam condições econômicas para operar com preços baixos de petróleo.

Mas antes, ao longo de toda a década de 2010, a Petrobras já vinha deixando de lado

investimentos em ativos menores e menos rentáveis. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) aponta que a produção nordestina de petróleo caiu 44% nos últimos dez anos, para um patamar médio de 86 mil barris diários no primeiro trimestre.

### **Caráter regional**

O presidente da Petrobras afirma usualmente que a Petrobras se prepara para se tornar uma empresa essencialmente concentrada no Sudeste. A petroleira está se desfazendo de todas as suas refinarias fora do eixo Rio-São Paulo, já hibernou as suas fábricas de fertilizantes e está vendendo centenas de campos terrestres e em águas rasas, localizados sobretudo no Nordeste.

A Petrobras vem tentando sair da Bahia desde 2018 e, em outubro de 2019, foi impedida de fechar toda a sua operação no estado por liminar do Ministério Público do Trabalho. Ainda assim, a empresa vem gradualmente reduzindo a operação na área, com a desmobilização do edifício Torre Pituba e o fechamento da unidade de produção de fertilizantes Fafen-BA, em Camaçari. A estatal também já anunciou a venda da Refinaria Landulpho Alves e de diversos campos de petróleo situados no Recôncavo.

A prefeita de Cardeal da Silva (BA), Mariane Mercuri, conta que o município convive há anos com o declínio das atividades petrolíferas na região. "Nosso ISS no município, que já chegou a R\$ 150 mil por mês, no pico, hoje é da ordem de R\$ 20 mil por mês. Isso é fruto da redução dos investimentos da Petrobras na região, já há alguns anos. Nossa principal fonte de renda é o petróleo. O dinheiro dos royalties hoje vai para manutenção, coleta de lixo, asfaltamento, para o programa de transferência de renda que temos aqui no município. Com a redução das atividades da Petrobras, agora, na crise, podemos perder completamente a capacidade de investimentos", relatou.

Fonte: Agência PT

# Banco Central amplia circulação de dinheiro a nível recorde

**Medida Provisória editada no início do mês pelo governo**  
**Nas últimas semanas, brasileiros protagonizaram filas em frente às agências da Caixa para sacar os recursos do auxílio emergencial de R\$ 600**



O aumento de saques em espécie, a redução no volume de depósitos e compras no comércio e o pagamento de auxílios a um quarto de toda a população brasileira levaram o Banco Central a ampliar a quantidade de papel-moeda em circulação para o maior patamar da história do real. Em apenas dois meses desde a declaração de pandemia pelo novo coronavírus, o BC

colocou na rua mais R\$ 52 bilhões em cédulas, o que levou o dinheiro em circulação no País à marca de R\$ 311,5 bilhões, segundo dados de terça-feira (12).

Não se trata, neste caso, de emissão de dinheiro novo ou expansão da oferta de moeda na economia como um todo (com aumento de reservas bancárias, por exemplo), como tem

sido defendido por uma ala de economistas como saída para financiar os gastos da crise.

A ação significa uma ampliação do uso de cédulas impressas para fazer frente à maior demanda de brasileiros por “dinheiro na mão” diante da quebra no percurso das notas em papel durante a crise e das dificuldades de parcelas da população em usar canais digitais de pagamento.

Em momentos de normalidade, os cidadãos que sacam o dinheiro em cédulas vão ao longo do mês gastando esses recursos no comércio em geral ou em lotéricas e agências bancárias com o pagamento de contas. Ou seja, o dinheiro impresso aos poucos retorna para o sistema bancário.

O BC adotou medidas para ampliar a oferta de recursos para os bancos num momento de forte crise e garantir a solidez do sistema financeiro. Mas, com a pandemia e o fechamento do comércio, a instituição passou a observar um “entesouramento” do dinheiro em papel-moeda.

“O BC entende que o entesouramento pode ser consequência de três fatores: saques por pessoas e empresas para formação de reservas diminuição do volume de compras no comércio em geral e porque parcela considerável dos valores pagos em espécie aos beneficiários dos auxílios ainda não retornou ao sistema bancário”, disse o banco.

Nas últimas semanas, brasileiros protagonizaram filas em frente às agências da Caixa para sacar os recursos do auxílio emergencial de R\$ 600.

No início de abril, reportagem do Estadão/Broadcast já havia mostrado a preocupação de especialistas com a maior oferta de cédulas impressas. Segundo o sociólogo Luis Henrique Paiva, ex-secretário Nacional de Renda de Cidadania e hoje pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica), 70% dos beneficiários do Bolsa Família não têm conta e sacam o benefício em dinheiro. O valor médio do saque, que não chegava a R\$ 200 por família, será triplicado por três meses.

### **Mais dinheiro**

A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia de coronavírus em 11 de março, data em que o dinheiro em circulação estava em R\$ 259,5 bilhões. Em 1º de abril, o valor ainda estava próximo, em R\$ 261,5 bilhões.

Apartir daí, em meio às discussões do governo para formular políticas de auxílio à população, o aumento se tornou mais expressivo e se acentuou no fim do mês passado, quando os brasileiros começaram a sacar os recursos do auxílio emergencial. Nos últimos dias de abril, o BC fez uma consulta à Casa da Moeda sobre a possibilidade de antecipar a entrega de cédulas já contratadas para construir “estoques de segurança”, como revelou a agência Reuters.

“Até o momento, os estoques de numerário foram suficientes para atender à demanda”, informou a instituição. A Casa da Moeda não respondeu às questões da reportagem.

Fonte: R7

# Ex-superintendente do RJ é nomeado diretor-executivo da PF

**Bolsonaro havia adiantado, no dia 5 de maio, que cargo seria ocupado por Carlos Henrique era superintendente no Rio de Janeiro**



O governo federal nomeou o ex-superintendente da PF (Polícia Federal) do Rio de Janeiro Carlos Henrique Oliveira como o novo diretor-executivo da corporação. A decisão foi publicada no DOU desta quarta-feira (13) e assinada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça.

O presidente Jair Bolsonaro havia dito, no dia 5 de maio deste ano, que o cargo seria ocupado por Oliveira. O diretor-executivo é o número 2 da PF, abaixo apenas do diretor geral, Rolando Alexandre de Souza.

Tácio Muzzi foi escolhido para ocupar o lugar de Oliveira no Rio de Janeiro.

## Troca polêmica no RJ anúncio

A troca no comando da Polícia Federal no Rio de Janeiro, estado que é base política do presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos, foi um dos motivos de divergência que resultaram na saída do então ministro da Justiça Sérgio Moro, fator combinado com a troca do diretor-geral da instituição, sem uma justificativa por parte do presidente da República.

Essa insistência na troca foi apontada por Moro como uma interferência política na Polícia Federal e virou alvo de um processo na Justiça para investigar a ação.

Com a saída de Moro, Bolsonaro conseguiu fazer a troca no comando da instituição, nomeando inicialmente Alexandre Ramagem, então diretor da Abin, que foi impedido de tomar posse pelo STF (Supremo Tribunal Federal).



O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição prevista no inciso IV do parágrafo único do art. 87 da CRFB, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e o que consta no processo administrativo nº 08200.007767/2020-77, resolve:

NOMEAR

CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA, Delegado da Polícia Federal, para exercer o cargo de Diretor-Executivo da Polícia Federal, código DAS 1015, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

Reprodução/ Diário Oficial da União - 13.05.2020

Fonte: R7



# Governos estaduais e municipais podem ajudar nas filas nas agências da Caixa

**Nesta segunda-feira (11), novas cidades começaram a atender as orientações da CEE/ Caixa e deu resultado**



Os governos municipais e estaduais também podem ajudar com as filas nas portas das agências da Caixa por todo o Brasil. As filas são fruto da falta de planejamento do governo federal, que centralizou o cadastro e o pagamento do auxílio emergencial somente no banco público. “Para piorar, isso acontece ao mesmo tempo em que, tanto a Caixa quanto a Dataprev, estavam sendo sucateadas para posterior privatização”, lembrou Fabiana Uehara Proscholdt, secretária da Cultura e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) nas negociações com o banco.

Nesta segunda-feira (11), novas cidades começaram a atender as orientações da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e deu resultado. Um exemplo é que algumas prefeituras do país começaram a instalar toldos e cadeiras em frente às agências, além de funcionários da prefeitura, Guardas Civis Municipais (GCM), Bombeiros ou Policiais

Militares (PMs) para ajudarem na orientação e organização das filas.

“Os empregados da Caixa prestam um atendimento essencial à sociedade. O movimento sindical já cobrou dos bancos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), protetores acrílicos nas agências para diminuir os índices de contaminação, entre outras coisas. Porém, da porta para fora, os problemas causados pela concentração do pagamento do auxílio são intensificados pela falta de informações e falhas no sistema para o recebimento do auxílio. E, neste momento, todos devem ajudar, inclusive para dar um bom suporte para a população”, afirmou Fabiana.

Para Sérgio Takemoto, presidente da Fenae e secretário de Finanças da Contraf-CUT, a situação poderia estar muito melhor. “Infelizmente ainda são iniciativas isoladas, sem uma coordenação do governo federal, o que – com certeza – poderia melhorar o desempenho dessas ações e ajudaria em muito todas as pessoas que necessitam do auxílio e a todos os empregados que estão na linha de frente do atendimento. Mas, o governo tem deixado claro que a saúde da população não é sua prioridade.”

Fonte: CONTRAF

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF